

Um abalo nas nossas contas externas

Cada ponto percentual de aumento nas taxas de juros internacionais representa um acréscimo de pelo menos US\$ 1 bilhão no serviço da dívida brasileira, que chegará a US\$ 10 bilhões no final do ano. Por isso, o aumento da prime-rate para 12,5% — que deverá refletir-se no comportamento da Libor (a taxa interbancária de Londres) — terá um reflexo negativo nas contas externas do País este ano, e poderá comprometer o objetivo de reduzir a US\$ 5 bilhões o déficit em conta corrente e a US\$ 10,6 bilhões a conta de juros.

A advertência foi feita, ontem, por uma qualificada fonte, da área econômica, lembrando que as duas metas — conta de juros e déficit em conta corrente — nos valores referidos pressupõem uma taxa média dos juros internacionais de 10,5% ao ano para a Libor, entre julho do ano passado e junho deste ano. Observou o informante que a partir de março as taxas de juros cresceram para 11%, posteriormente para 11,5% e 12% e agora aumentaram mais meio ponto percentual.

A expectativa, no curto prazo, é sombria para o programa de ajuste das contas externas do País, conforme se admite na Seplan. Um informante qualificado lembrou que três fatores que pressionam essas contas estão presentes no horizonte dos próximos 12 meses: uma crescente valorização do dólar frente às moedas fortes da Europa, que reduz a competitividade das exportações brasileiras para o mercado europeu; uma exacerbção do protecionismo por parte dos Estados Unidos, face às pressões sob a administração Reagan, que é sensível a elas em virtude da campanha presidencial; e um movimento ascendente das taxas de juros internacionais.

A conjugação desses fatores não só ameaça a manutenção de elevados superávits comerciais, e a própria obtenção da meta de US\$ 9 bilhões, como poderá resultar num acréscimo de pelo menos US\$ 1 bilhão

na meta do déficit em conta corrente, exigindo novos apertos por parte do governo, inclusive restringindo ainda mais as importações.

A propósito, lembrou um informante da Seplan que o governo ainda não decidiu se e quando autorizará as importações adicionais de US\$ 1,3 bilhão para o setor privado, conforme havia prometido no início do ano. Isso somente ocorrerá após conhecidos os resultados da balança comercial do primeiro semestre.

Mudanças

O aumento da prime-rate também está preocupando o vice-presidente da Aluminum Company of America (Alcoa), James S. Pasman Jr., que defendeu ontem, em Brasília, mudanças na política fiscal do governo Reagan, “o mais rápido possível”.

Segundo ele, a exemplo do que ocorre com os países em desenvolvimento altamente endividados, as empresas norte-americanas também não têm escolha e “são obrigadas a aceitar passivamente” o aumento da prime decidido pelos banqueiros. Mesmo com os altos juros externos, revelou que os investimentos da Alcoa já superaram US\$ 1 bilhão, e mais US\$ 250 milhões serão aplicados nas obras de expansão da usina de redução do alumínio do projeto que a empresa desenvolve em São Luiz.

Após encontro com o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, Pasman Jr. endossou a tese generalizada de que o aumento de 1,5% ao ano da prime em menos de dois meses foi decorrente dos desvios na política fiscal norte-americana. Como o governo Reagan precisa buscar dinheiro no mercado para cobrir o déficit fiscal, acaba por competir com as empresas que querem tirar proveito da recuperação da economia norte-americana e procuram recursos para novos investimentos, o que resulta na elevação dos juros, explicou o vice-presidente da Alcoa.